

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Atricon

Jornal Atricon repercute atuação dos TCs em áreas da saúde e transparência

Brasil Notícia

Secom alcança nota máxima em transparência

Notícias Goiás

Mabel anuncia retomada de obras e construção de mais 30 CMEIs

Jornal Atricon repercute atuação dos TCs em áreas da saúde e transparência

A edição de fevereiro do Jornal Atricon, produzido pela TV Cidadã (TCE-AL) em parceria com as assessorias de comunicação do Sistema Tribunais de Contas do Brasil, destaca ações inovadoras e fiscalizações importantes realizadas pelas Cortes de Contas em todo o país.

No Ceará, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-CE) está conduzindo uma auditoria operacional para verificar o atendimento de crianças com deficiência ou transtornos de desenvolvimento. A iniciativa visa garantir que as políticas públicas estejam atendendo às necessidades específicas desse grupo, promovendo a inclusão e o bem-estar.

No estado do Paraná, uma delegação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) visitou a Corte de Contas paranaense (TCE-PR) para conhecer o programa de avaliação de contas municipais de governo. O objetivo é aprender com as práticas inovadoras do TCE-PR e aplicá-las no julgamento das contas dos municípios do Rio de Janeiro.

No Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), uma reunião importante debateu a capacitação para fiscalização de orçamentos públicos voltados às políticas de proteção das mulheres. A iniciativa busca fortalecer o controle externo sobre os recursos destinados a essa área, garantindo que sejam utilizados de forma eficiente e transparente.

O jornal noticiou que o Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) tem investido na capacitação de seus servidores, fortalecendo a fiscalização e aprimorando a eficiência do controle externo, garantindo ainda mais qualidade na gestão pública.

O noticiário também mostrou que uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO) resultou em melhorias estruturais no Hospital de Base, demonstrando o impacto positivo do controle externo na qualidade dos serviços de saúde.

A Corte rondoniense está se preparando para o período de seca na Amazônia, buscando reduzir os impactos negativos de queimadas e incêndios florestais. O TCE-RO notificou órgãos governamentais para implementarem medidas de fiscalização, controle e conscientização ambiental, além de promover reuniões estratégicas e oferecer suporte técnico para o combate ao fogo.

Ainda na área ambiental, o Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE-AP) aderiu ao ClimateScanner do Tribunal de Contas da União (TCU), uma ferramenta de avaliação da governança climática em entidades públicas. A adesão

permitirá ao TCE-AP analisar e monitorar as ações relacionadas às mudanças climáticas no estado, identificando oportunidades de melhoria e garantindo que as políticas públicas sejam eficazes e transparentes.

Novas gestões

Em Goiás, o conselheiro Sebastião Tejota, vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), realizou a primeira reunião para tratar das contas do governo, demonstrando o compromisso do tribunal com a fiscalização e o controle dos recursos públicos.

No Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (TCE-TO), o conselheiro Alberto Sevilha assumiu a presidência para o biênio 2025/2026. A cerimônia de posse foi realizada no auditório da Corte e reuniu diversas autoridades, entre elas o governador do Estado e o presidente da Assembleia Legislativa.

>> Assista a edição de fevereiro do Jornal Atricon

Secom alcança nota máxima em transparência

A Secretaria de Estado de Comunicação (Secom) reafirmou seu compromisso com a transparência ao conquistar, pelo segundo ano consecutivo, o Selo Diamante no Prêmio Goiás + Transparente. A premiação foi realizada nesta quarta-feira (11/12), em Goiânia, durante a VI Semana Internacional Contra a Corrupção, promovida pela Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO).

Mais alta distinção concedida pelo Prêmio Goiás + Transparente, o Selo Diamante é entregue às instituições que alcançam entre 95% e 100% de cumprimento dos critérios de transparência ativa. Neste ano, a Secom atingiu 100% de conformidade, superando o índice de 98,71% registrado em 2023.

"É um trabalho de todo mundo, de todos os integrantes da Secretaria de Comunicação", enalteceu o titular da pasta, Gean Carvalho. Ele participou da solenidade de premiação ao lado da chefe de gabinete, Cristina Alves Nogueira Gomes, e destacou o comprometimento da equipe em atender aos interesses da sociedade e da administração pública.

O secretário enfatizou que a integridade nos processos da gestão pública se materializa em benefícios para a população.

"É o respeito ao dinheiro público que permite que a gente invista em segurança, educação e saúde. E a Secretaria de Comunicação faz efetivamente a sua parte neste sentido", afirmou. "Estamos seguindo a determinação do governador Ronaldo Caiado de trabalhar com transparência e com respeito ao dinheiro público. No final das contas é isso que faz o Governo de Goiás ser o mais bem avaliado do país", acrescentou.

Presente na solenidade, a gerente da Secretaria-Geral, Leidina Santos, atribuiu a excelência do resultado ao esforço contínuo da pasta em aprimorar o acesso dos cidadãos às informações públicas e cumprir integralmente as exigências da Lei de Acesso à Informação (LAI).

"Cada setor é importante. Todos fazem o seu papel para que tudo seja publicado da forma correta, mantendo o padrão de qualidade do Governo de Goiás", pontuou.

A chefe de gabinete da Secom, Cristina Gomes, citou que, além da página de transparência do site da Secom (goias.gov.br/comunicacao/acesso-a-informacao), qualquer cidadão pode obter informações sobre a pasta por meio da Ouvidoria Setorial.

"A Secom tem uma Ouvidoria eficiente e atuante, que não deixa manifestação sem resposta. A comunidade é muito

bem-vinda para dialogar com a gente por esse canal, que faz parte do rol de ferramentas de transparência pública", disse ela.

Secretário de Comunicação, Gean Carlo, e Secretário-Chefe da Controladoria Geral do Estado (CGE), Henrique Ziller (Foto: André Saddi)Goiás + TransparenteImplementado pela CGE-GO em 2019, o prêmio Goiás + Transparente avalia aspectos fundamentais da transparência pública, como a disponibilização ao público de informações sobre estrutura organizacional, receitas, despesas, licitações, contratos, convênios, patrimônio e acessibilidade.

Leia Também: Residência do HCN forma primeira turma em Clínica MédicaA metodologia utilizada é desenvolvida em parceria com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) e segue diretrizes nacionais, como as estabelecidas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Recentemente, Goiás se destacou nacionalmente ao alcançar 100% no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), sendo o único estado do país a atingir esse índice em 2024.

"Goiás tem realmente compromisso com a transparência pública. Compromisso que vem do nosso governador, nosso governador sempre fala que ele faz um governo transparente e de fato isso se materializa concretamente no nosso dia a dia", afirmou o Secretário-Chefe da Controladoria Geral do Estado (CGE), Henrique Ziller.

Mabel anuncia retomada de obras e construção de mais 30 CMEIs

O prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (UB), anunciou nesta terça-feira (25/2) a retomada de obras paradas de escolas infantis e a construção de 30 novas unidades a partir de 2026. O anúncio foi feito durante a entrega de 38 novas vagas no Centro de Educação Infantil (CEI) Suely Paschoal, no Setor Jaó.

Segundo a prefeitura, a Rede Municipal de Ensino abriu 3.410 novas vagas neste começo de ano e mais 2.590 vagas estão sendo disponibilizadas, totalizando 6 mil vagas. Em coletiva de imprensa, Mabel afirmou que está prevista a retomada de obras de quatro ou cinco Cmeis que estão paradas e que está prevista a construção de 30 novas unidades a partir de 2026.

A ampliação do CEI Suely Paschoal é uma parceria da Prefeitura de Goiânia com o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO). Com a inauguração de duas novas salas de aula, o espaço passa a oferecer atendimento a 128 crianças.

Giselle Faria, secretária Municipal de Educação, destacou a importância da parceria com o TCE para ampliar o acesso das crianças à educação, ressaltando o cuidado e dedicação dos professores e funcionários. Ela enfatizou que a prefeitura busca a excelência na educação infantil, garantindo que nenhuma criança fique fora da sala de aula, conforme meta do prefeito Sandro Mabel.

O evento contou ainda com a participação da vice-prefeita Cláudia, do comandante da Guarda Civil Metropolitana, Gustavo Toledo, e de servidores do TCE e do Centro de Educação Infantil.

'Oportunidade para que crianças tenham um futuro melhor'

O Centro de Educação Infantil Suely Paschoal, que funciona na área externa do TCE, é destinada a crianças na faixa etária de 6 meses a 5 anos. O convênio entre o órgão estadual e a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia foi firmado em 2017, possibilitando o atendimento da comunidade vizinha ao tribunal, no Setor Jaó, com vagas reservadas para filhos de servidores do órgão.

"A parceria entre a prefeitura e o TCE é uma atitude importante, e vamos levar esse exemplo para muitas empresas que têm condições de fazer o mesmo. Estamos abertos a essas parcerias para beneficiar as nossas crianças", disse Mabel, destacando o esforço do presidente do Tribunal em ampliar o número de vagas no CEI.

"É um sinal de que o senhor (Valin) está dando oportunidade para que nossas crianças tenham um futuro melhor",

pontuou.

Ao destacar o convênio entre a prefeitura e o TCE, Helder Valin falou da importância da abertura de novas vagas no CEI.

"O Tribunal tem um trabalho de fiscalização e de acompanhamento das contas do governo do Estado, mas tem também uma responsabilidade social. Fico feliz em ter aqui no Tribunal um CEI que é uma referência de qualidade para o acolhimento das crianças", pontuou.

"Agradeço ao prefeito Sandro Mabel pela disposição e colaboração nessa parceria, que pode ser levada a outras unidades, com a qualidade que temos aqui", acrescentou.

Romário Policarpo propõe desapropriar imóveis abandonados

Na segunda-feira (24/2), o prefeito Sandro Mabel e o presidente da Câmara, vereador Romário Policarpo, vistoriaram um prédio em demolição no Setor Oeste, antigo espaço da Celg e da Secretaria Estadual de Educação, que atualmente abriga pessoas em situação de rua.

Durante a inspeção, Mabel destacou que um levantamento preliminar apontou cerca de 200 imóveis abandonados na cidade, colocando em risco a segurança dos moradores e prejudicando o equilíbrio urbanístico.

"Não podemos ter isso na nossa cidade", afirmou o prefeito.

No caso do prédio vistoriado, os proprietários se manifestaram após verem uma postagem do prefeito nas redes sociais e se comprometeram a demoli-lo em 30 dias.

"É o que está acontecendo. Estão demolindo, vão retirar o material e dar um destino ao imóvel", relatou Mabel.

Para evitar que situações semelhantes se repitam, o vereador Romário Policarpo apresentou um projeto de lei que visa agilizar a desapropriação de imóveis abandonados, destinando-os preferencialmente à habitação de interesse popular. A proposta surge para combater o abandono que gera insegurança e prejuízo na arrecadação de impostos municipais. Segundo o prefeito, a iniciativa também tem o objetivo de redefinir o destino desses bens, responsabilizando os proprietários.

Policarpo informou que o projeto, apresentado no ano passado, está pronto para ser votado, embora ainda precise de uma discussão mais aprofundada. Ele destacou que "o projeto visa a tomada desses locais que estão abandonados e que também devem impostos municipais", funcionando como mecanismo para simplificar a desapropriação de imóveis inadimplentes, priorizando a habitação de interesse social.

Após sua apresentação, o andamento do projeto ficou paralisado, mas foi reativado recentemente.

"Agora, a pedido do prefeito Sandro, nós reativamos esse projeto e ele voltou a tramitar normalmente", disse Policarpo, que acredita que sua aprovação exigirá discussões mais aprofundadas.

O vereador destacou que, embora os proprietários tenham autonomia sobre seus imóveis, o abandono não pode ser tolerado, pois gera insegurança e facilita crimes.

"O que o poder público não pode aceitar é o abandono, que causa insegurança e que muitas vezes acontecem crimes nesses locais", afirmou, ressaltando a importância do cumprimento das leis municipais.